



**MUNICÍPIO DE AVEIRO**  
**Assembleia Municipal**

**ACTA N.º 12**

Sessão Ordinária de Abril

2.ª Reunião de 06-05-2002

Aos seis dias do mês de Maio de dois mil e dois, no Auditório 2 do Centro Cultural e de Congressos, nesta cidade de Aveiro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida pelo Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos na qualidade de Presidente da Mesa, secretariado pelo Segundo Secretário Pedro Machado Pires da Rosa na qualidade de Primeiro Secretário e pelo Vogal Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais, Raúl Ventura Martins, Maria Teresa Fidélis da Silva, José da Cruz Costa, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Maria Isabel Almeida Velada, Manuel Júlio Braga Alves, João Alberto Simões Barbosa, Álvaro Patrício do Bem, António Luís Gomes Carvalho, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Henrique Manuel Morais Diz, Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Pedro Ricardo Oliveira Cardoso, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Pinho e Melo, Liz Miguel Marques Silva, João Carlos Martins Valente, Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros, Armando Manuel Dinis Vieira, Fernando Vieira Ferreira, Diamantino Laranjeira Simões Jorge, Maria da Conceição Seixas Almeida, Vítor Manuel Santos Marques, António do Santos Costa, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Jorge Manuel do Nascimento, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Arede de Jesus e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 21:00 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Mário Manuel Borges Pereira Pinto e Élio Manuel Delgado da Maia.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, o vice-presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio e os Vereadores Lusitana Maria Geraldês da Fonseca, Domingos José Barreto Cerqueira, Ângelo Pereira Pires, Joaquim Manuel Silva Marques e Luís Miguel Capão Filipe.

Seguidamente, o Presidente da Mesa, nos termos regimentais, deu continuidade ao “Período de Antes da Ordem do Dia” iniciado na última reunião.

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

Intervieram os seguintes Vogais:

Membros da Assembleia:

Vogal Liz Miguel Silva (PPD/PSD)

(entrou na sala o Vogal Victor Manuel da Silva Martins)

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

(Deu entrada na sala o Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, que de imediato assumiu a presidência dos trabalhos da Assembleia).

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara

(Entretanto, deu entrada na sala o Vogal Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva)

Membros da Assembleia:

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Vogal Clara Ribeiro (PPD/PSD)

Vogal António Salavessa (PCP)

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD)

Vogal Vítor Marques (CDS/PP): Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção. A

*“Eu retribuo de facto a estima e a consideração para com o Senhor Presidente, mas penso que pelo que conhece de mim e pelos que me conhecem, gostaria de perguntar a esta Assembleia se alguém considerou agressivo ou agressivas as palavras que eu tive para com o Senhor Presidente. Queria dizer-lhe que se há coisa que não faz parte da minha personalidade – e o senhor sabe-o bem, pela minha postura quer no Executivo quer fora do Executivo, noutras circunstâncias, é o recurso a inverdades ou a deturpar a verdade ou a ler parcialmente actas. E porque não faço isso, gostaria que o Senhor Presidente me desse o exemplo (lendo a acta mesmo que parcialmente), onde é que esta Assembleia aprovou a alteração ao texto do artigo 36.º? Gostaria que me dissesse isto se faz favor.*

*E uma outra questão que foi aqui colocada, tão só e apenas, foi esta: a questão da retroactividade!*

*Meus Senhores e Caros Colegas de Assembleia, se ter um ofício da Câmara a dizer que vai pagar uma determinada importância e dois, três, quatro dias depois, uma semana depois, eu chego lá e pago mil vezes mais isto não é vir atrás fazer retroactividade, então esclareça-me o que é retroactividade? Muito obrigado”.*

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP): Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção.

*“O tema é o mesmo. Senhor Presidente foi-lhe posta a questão aqui na sessão anterior e agora não respondeu. É que realmente e como bem diz o Dr. Vítor Marques, nós não encontramos, nós não encontramos em acta nenhuma, na acta que transcreveu as intervenções da reunião anterior, qualquer proposta desta Assembleia no sentido de ser alterada a proposta aqui trazida pela Câmara. E só essa é que é válida.*

*Agora, vir aqui o Senhor Presidente da Câmara como há pouco fez, dizer assim: Sim senhor, da proposta constava que o novo regimento não se aplicaria aos procedimentos instaurados antes da sua entrada em vigor. E depois eu – Presidente da Câmara – vim cá explicar e consta da acta que “Procedimentos e Actos Processuais” não seriam anteriores à entrada em vigor deste regimento isso não seria aplicável. Salvo o devido respeito, não é nada! Até porque o Senhor Presidente tem a noção clara do que é um procedimento e do que é um acto procedimental ou processual. Portanto, os procedimentos abrangem tudo desde o requerimento até ao fim e, portanto, é isso que está em causa e não podia depois quem*

*mandou publicar – pelos visto o Executivo - o regimento com a redacção que actualmente tem e que veio a público e que está a ser aplicada. Não podia porque efectivamente não teve aqui desta Assembleia nenhuma proposta de alteração. Portanto todas as intervenções que o Senhor Presidente da Câmara aqui fez, num sentido ou noutro, clarificador ou deixar de o ser, não tem valia nenhuma porque formalmente é esta Assembleia que deve aprovar o regimento e não é a Câmara. A Câmara traz propostas. E até mais, quer dizer, mesmo o Senhor Presidente se o fizesse aqui careceria de legitimidade na forma a que alude. Porque esse próprio documento, como e enquanto proposta, é produto e fruto de um órgão colegial que é a Câmara. Portanto, não pode depois para aqui o Senhor Presidente dizer que altera neste sentido ou no outro. Portanto, a Câmara, o executivo, se quiser pautar o seu procedimento desde a entrada em vigor do regimento até agora, não aplica a nenhum acto processual que tenha sido tratado de procedimento, que tenha sido instaurado e iniciado antes da entrada em vigor do mesmo regimento. Portanto, não deve aplicá-lo!*

*Agora, o Senhor Presidente diz assim: “mas isso não se aplicou e não está a ser aplicado”. É o contrário! Todas as pessoas estão a queixar-se e algumas até já tinham comunicação da conta – venha pagar tanto..., foi aqui isso apresentado; eu sei de algumas pessoas que já tinham isso e o Dr. Vítor Marques disse exactamente isso, haviam pessoas que já tinham a notificação para irem levantar as licenças, sendo portadores da quantia tal e chegaram lá e confrontaram-se: “pois agora entrou em vigor a nova tabela e portanto e senhor tem de pagar de conformidade”. Não é correcto! O Senhor Presidente sabe muito bem que isso tem acontecido. Portanto, tem de rever essas situações e como digo, voltar a não aplicar a nenhum caso em que o procedimento tenha sido iniciado em ante data aquela que é relevante. Muito obrigado”.*

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP): Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção.

*“Começava por dizer que às questões por mim aqui colocadas em nome da bancada do CDS/PP na última reunião desta Sessão Ordinária de Abril da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara não respondeu a nenhuma à excepção da eventual justificação de se gastar 20 mil contos a estudar a viabilidade de construção de uma ponte para S. Jacinto. Explicou porquê, assimilou o que tivemos que assimilar dessa sua resposta, porque também desde já lhe digo, pouco espaço ocupará na nossa capacidade de assimilação.*

*Não justifica o Senhor Presidente 20 mil contos - quando depois na análise da Conta de Gerência voltaremos a temas tão mesquinhos como os 20 mil contos ou três contos e quinhentos que se devem a uma florista, ou um conto e seiscentos que se deve a uma pastelaria; quer dizer, justifica gastar-se nesta altura e numa altura de plena contenção 20 mil contos a estudar a viabilidade ou não da construção de uma ponte para S. Jacinto, haja ou não haja eleições; mas isso adiante!*

*Em relação a todas as outras questões que aqui coloquei, o Senhor Presidente não disse uma palavra! Vou reservá-las. E agora talvez o Sr. Salavessa entenda porque é que nesta Assembleia definitivamente é necessário pelo menos colocar as mesmas questões duas vezes para se poder visualizar num horizonte próximo qualquer coisa parecida a uma resposta. Portanto, as restantes questões vou guardá-las e então novamente em reprise para o ponto seguinte que é a Comunicação do Senhor Presidente da Câmara, à excepção de uma. Senhor Presidente da Mesa - que a dirijo directamente à Mesa apenas e só para saber se neste acto mais prolongado do que aquilo que a bancada do CDS/PP desejaria na altura, entre a primeira reunião e esta segunda reunião da Sessão da Assembleia Municipal, a Câmara já terá feito chegar à Mesa da Assembleia ou ao Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal a acta da Assembleia Geral do Teatro Aveirense do dia 15 de Fevereiro de 2002 – penso que é*

*um documento que existirá em arquivo na Câmara ou até no próprio Teatro Aveirense (não sei onde é que estará o arquivo, mas ele deverá existir em algum lado), para saber se o Senhor Presidente da Mesa ou a Mesa, terá recebido da Câmara essa acta, por um lado. Por outro lado, também se a Mesa ou o Gabinete de Apoio recebeu por parte da Câmara nesta semana e pouco que passou, a informação económico/financeira do Fiscal Único relativamente à EMA e à PDA? Informação essa que está – eu sei – em arquivo na Câmara Municipal e que pouco custaria a esta Câmara Municipal fazer chegar até por mão própria, por correio interno a esta Mesa, para que nós hoje aqui e no ponto um (Sr. Salavessa percebe agora) da Comunicação do Presidente pudéssemos debruçar-nos com elementos, com dados concretos, acerca da habilidade ou inabilidade do Fiscal Único, diga-se e refira-se – do Fiscal Único — a analisar a brilhante performance da EMA ou da PDA. Isto é uma questão directa à Mesa e gostava de a ver respondida.*

*E à laia de foice, que não de martelo, meto aqui duas questões rápidas que são as seguintes e que cabem e que devem ser respondidas agora: foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara em reunião do Executivo, que este Governo de Coligação PSD/CDS, estaria posto à prova na tentativa de resolução da grave situação criada com o encerramento da Unidade de Cuidados Intensivos Coronários do Hospital Distrital de Aveiro. Hospital Distrital de Aveiro esse, que recorde-se pela milionésima centésima primeira vez para dar um número redondo, nós CDS/PP vimos reclamando a sua requalificação, e a construção de um novo edifício e acima de tudo, requalificação em Hospital Central ao abrigo até do Plano Geral de Avaliação dos Hospitais que está a ser feito. Começou a ser feito pelo Partido Socialista enquanto Governo e continuará espero eu a ser feito por este novo Governo de coligação. Portanto a resposta que eu gostava de dar ao Senhor Presidente da Câmara por interposta pessoa – que sou eu – àquilo que disse em reunião de Câmara e que não diz num fórum mais alargado, embora eu lhe diga desde já Senhor Presidente, não tem que ter medo daquilo que diz aqui porque pouco ou nada passa para a opinião pública — recorde-se este grave problema das taxas aqui levantado pela bancada do CDS/PP que teve “ZERO” de eco na comunicação social; à excepção honrosa do Campeão das Províncias e sito o nome porque foi excepção honrosa e isto tinha que ser dito aqui e agora — nada se leu ou se pode ler na comunicação social, regional, local e nacional, acerca do problema das taxas aqui levantado pela bancada do CDS/PP. NADA! E esse problema foi justamente aqui levantado. E mais, informo agora o Senhor Presidente da Câmara, esta câmara, e a comunicação social a quem esta informação possa eventualmente interessar, que o CDS/PP com a personalidade jurídica que lhe assiste no Largo Adelino Amaro da Costa, intentará uma acção de ‘providência cautelar’ a este diploma que a Câmara está indevidamente (queria eu dizer) a utilizar, enquanto aguardamos os pareceres que pediremos a entidades superiores e a instâncias superiores acerca da entrada em vigor deste mesmo diploma e das suas consequências que nós consideramos abusivas e lesivas para o cidadão de Aveiro. Em nome da defesa do cidadão de Aveiro, é esta a actuação que teremos a partir de agora.*

*E depois quanto ao Hospital, digo-lhe só Senhor Presidente, que o Governo de coligação PSD/CDS resolveu em 24 horas – do dia 2 para o dia 3 do corrente mês, um problema que o Governo do Partido Socialista em 6 anos não conseguiu, nem quis resolver. A Unidade de Cuidados Intensivos Coronários está a trabalhar embora com uma solução conjuntural, não com uma situação estrutural, mas diga-se que o Governo do Partido Socialista e a Administração do Hospital nem uma solução conjuntural conseguiu a não ser diversas e fracas opiniões veiculadas essas sim pelos órgãos de comunicação social.*

*Em segundo lugar, só para acabar; consta da nossa convocatória para esta Sessão Ordinária de Abril um empréstimo Senhor Presidente. E soube hoje também porque felizmente nós PP estamos coordenados e trabalhamos coordenadamente em função dos interesses dos cidadãos*

*Aveirenses, soube hoje que foi hoje convocada às dezanove ou às dezoito horas da tarde, uma reunião extraordinária do Executivo da Câmara Municipal de Aveiro para amanhã dia 7 de Maio às 12:30 horas, para apreciação do empréstimo que a Câmara pretende contrair, que já está incluído nesta ordem de trabalhos. E mais grave, utilizando a vantagem que a lei me permite e que me dá, eu questionava um a um cada um dos vereadores à excepção do Senhor Presidente da Câmara, se têm ou não têm em sua posse já elementos que permitam estudar, avaliar e saber da justeza ou não da contratação deste empréstimo, nesta altura. O Vereador do CDS/PP na Câmara de Aveiro não tem; o CDS/PP representado nesta Assembleia não tem conhecimento de nem um tostão de empréstimo que se pedirá. E eu questionava directamente todo e cada um dos vereadores hoje aqui sentados se sabem quanto é que a Câmara vai pedir de empréstimo e se têm documentos de suporte que lhes permita das 7 da tarde de hoje às 12:30 de amanhã, efectivamente reflectir, pedir opiniões, pedir pareceres, estudar o assunto e pronunciar-se em consciência a favor de Aveiro? Era só Senhor Presidente. Muito Obrigado”.*

Vogal Liz Miguel Silva (PPD/PSD)

Da Câmara Municipal:  
Presidente da Câmara

Membros da Assembleia:

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP): Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção. B

*“Senhor Presidente, não é vontade minha mas as coisas têm que ser ditas. Interpelando a Mesa, ao abrigo da figura que o regimento permite, solicito a V/Exa., Senhor Presidente, que informe esta Assembleia, se em alguma circunstância V/Exa. que acumula para além do cargo ilustre que ocupa, a posição de insigne jurista da nossa praça e do nosso país, se em alguma circunstância lhe passaria pela sua cabeça, Senhor Presidente da Mesa e Senhor Doutor Advogado, Dr. Carlos Candal, em alguma circunstância lhe passaria pela cabeça sugerir no final duma reunião da Assembleia Municipal, à Câmara Municipal, que se houvesse mais algum burilamento no texto do regulamento aqui aprovado, então a Câmara proceda. Porque foi aqui dito pela Câmara, por entreposta pessoa do Senhor Presidente, que pelas declarações gravadas do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, se sentiu o Senhor Presidente da Câmara mandatado (foi a expressão utilizada) para burilar o texto de um regulamento aqui aprovado nesta Assembleia, recordando eu, Senhor Presidente da Mesa, que nomeadamente em relação ao artigo trigésimo quinto – e esse foi o cerne da questão aqui, ele é diferente no Diário da República daquilo que foi aqui aprovado na Assembleia Municipal. E recordo também a ilustre Mesa, que o Senhor Presidente aqui disse exactamente o mesmo que eu estou a dizer agora, na primeira reunião da Sessão Ordinária de Abril. E digo mais Senhor Presidente: solicitarei em futura reunião desta Sessão, caso a Mesa hoje não esclareça definitivamente este ponto, a audição por esta Câmara da gravação que o Senhor Presidente da Câmara aqui aludiu, para que possamos todos, vogais desta Assembleia Municipal, descortinar em que ponto da tão famosa e badalada reunião o Senhor Presidente da Câmara se sentiu mandatado, respirando por isso de alívio, para alterar o artigo 35.º do Regulamento de Taxas e Licenças por nós aqui aprovado, sem nenhuma proposta desta Assembleia Municipal para essa mesma alteração. Esta era a interpelação à Mesa.*

*A segunda figura regimental, que é a defesa da honra. É tão simples como isto: eu não coloquei em cheque (nem alguma vez me passaria pela cabeça fazê-lo), qualquer um dos vereadores aqui sentados hoje ou sempre. Questionei, recordar-se-ão no mandato anterior e*

*critiquei os vereadores do CDS/PP à altura pela não presença sistemática e continua nas reuniões desta Assembleia – onde deveriam estar! E fi-lo publicamente, volto a fazê-lo com efeitos retroactivos, para que conste em acta como diria o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro. Nunca hoje na minha intervenção, eu coloquei em cheque nem as capacidades, nem a dignidade profissional, nem o empenho, nem o voluntarismo, nem o interesse com que todo e cada um dos vereadores desta Câmara Municipal trabalham em função de Aveiro. Aquilo que aqui se viu foi exactamente o contrário. Aquilo que aqui se viu foi tão simplesmente isto: o Senhor Presidente da Câmara fez a sua própria avaliação, para ele mesmo. Lembro-me de lhe dizer em 1998, e refiro aqui o exemplo de Martin Luther King quando dizia. “eu tenho um sonho”, o Senhor presidente tem normalmente 3 ideias e ao longo do dia vai abandonando as duas piores e chega ao fim do dia com a melhor. E esta é mais uma delas! O que aqui se viu foi uma avaliação clara, feita única e simplesmente pelo Senhor Presidente da Câmara, dizendo que reconhece nos seus Vereadores a capacidade para poderem numa singela reunião de Câmara, extraordinária por sinal, convocada das sete da tarde de um dia para o meio dia e meio do dia seguinte, avaliar um empréstimo de alguns milhões de contos!? Porque é uma simples acta de duas páginas – foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara — como outros empréstimos foram simples actas de duas páginas. Aquilo que eu me nego e me recuso a aceitar, é que seja atirado para cima desta bancada os maus momentos como aqui foi dito ainda agora pelo Senhor Presidente da Câmara; maus momentos na vida política municipal deste concelho. Senhor Presidente da Mesa e Caros Colegas, é ver empréstimos de milhões de contos sobre os quais não há informação a não ser na própria reunião de Câmara, em que esses mesmos empréstimos terão obrigatoriamente que ser votados por causa... (Senhores, lá chegaremos) desta Conta de Gerência que aqui apreciaremos a seu tempo. Muito obrigado Senhor Presidente”.*

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD): Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção.

*“Eu queria fazer o seguinte ponto de ordem à Mesa. No artigo 18.º, n.º 3 do nosso Regimento prevê-se que o Período de Antes da Ordem do Dia terá a duração máxima de 60 minutos. Este período de Antes da Ordem do Dia já vai em 5 horas (contando o Período de Antes da Ordem do Dia anterior).*

*As pessoas que me conhecem sabem que eu gosto muito de discussão de ideias; sabem que eu gosto muito de fiscalização do trabalho do Executivo Municipal, mas eu penso que é preciso (e aí é um crítica que faço ao Senhor Presidente desta Assembleia), é preciso que esta Assembleia tenha mais operacionalidade. Porque eu não estou muito disposta a vir para aqui ouvir repetições sucessivas do mesmo tema, em tons diferentes. E penso que nós estamos aqui não apenas para criticar o Executivo — que eu faço intenção de o fazer sempre que considerar que isso é útil, mas sim para dar andamento aos assuntos que nos são apresentados sem prejuízo de todas as críticas e de todas as fiscalizações possíveis”.*

Presidente da Mesa

Vogal António Salavessa (PCP)

Presidente da Mesa

Foram apresentados ao plenário pelo Presidente da Mesa, dois Votos de Congratulação ambos no sentido de rápidas melhoras do Vogal Mário Manuel Borges Pereira Pinto e do Ex-Vogal Joaquim António Gaspar Melo Albino.

Seguidamente foi apresentado, pelo Presidente da Mesa, um Voto de Pesar pelo falecimento em 29/04/2002, do ilustre Aveirense, o jornalista Fernando Pessa.

Continuando, o Presidente da Mesa esclareceu e fez distribuir cópia de alguns itens relacionados com a vida e obra do Dr. Mário Sacramento.

Membros da Assembleia:

Vogal António Salavessa (PCP)

Entretanto, o Presidente da Mesa deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.

Seguidamente, o Presidente da Mesa deu início à discussão do ponto n.º 1 da Ordem do Dia para esta Sessão Ordinária.

**PONTO N.º 1 – COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.**

*(O texto da Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos membros desta Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo.)*

No uso da palavra, o Presidente da Câmara fez uma breve apresentação dos assuntos abordados na Comunicação Escrita, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

Membros da Assembleia:

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP): Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção. c

*“A Comunicação do Senhor Presidente da Câmara alude entre outras coisas ao estudo sobre as alterações que se pretendem produzir na Avenida Lourenço Peixinho. Bem... vir aqui dizer a esta Assembleia que se pretendem alterações sem procurar de alguma forma desafiar a Assembleia para essas alterações, eu tenho de dizer que é pouco e a Câmara no meu entendimento poderia e deveria tê-lo feito.*

*Naturalmente estou a pensar que, o Senhor Presidente e a Câmara, quando encomendaram o estudo a qualquer urbanista ou técnico da especialidade lhe terão dado a orientação política. Evidentemente não lhe dão uma opinião técnica, mas ter-lhe-á dito a Câmara através do Senhor Presidente que queria passeios mais estreitos ou mais largos; trânsito a velocidade maior ou menor; atravessamentos aqui e acolá; e portanto, ter-lhe-á dado quais os parâmetros em que o técnico ou técnicos ou equipa iriam desenvolver o seu trabalho. Porque não me passa pela ideia que a Câmara tenha dito a uma equipa ou a um técnico: faça um trabalho de melhoramento da Avenida sem se saber o que se pretende. Portanto era bem no meu entendimento que este e outro tipo de problemas que se pusessem à Cidade, mesmo nesta fase liminar de estudo, fosse dado conhecimento de qual foi a orientação que se propôs. Porque isso é que é a medida política, depois vem a técnica.*

*A propósito disto eu recordo que outrora já alguém pretendeu fazer alterações como se compreende à Avenida, já vem de longa data. Houve alteração de comportamentos, houve alteração de trânsito, tudo isso sofreu evolução e portanto é uma necessidade que a Avenida precise de ser reformulada. Em tempo, eu recordo que na Presidência do Dr. Girão – o Dr.*

*Girão trouxe a esta Assembleia o propósito e esse foi mais ou menos claro, dizendo que: se melhorasse o trânsito pedonal, que se enriquecesse essa forma de utência por parte dos munícipes, quer dizer que era andar mais pelos passeios – alargando-os, tirando a placa central e eliminando algumas árvores sob o argumento que o Senhor Presidente aqui trouxe. Isso foi um problema de lata questionabilidade e recordo-me até de uma frase célebre do Senhor Presidente da Mesa de agora, que era ao tempo vogal desta Assembleia e disse: “uma árvore que se abata na Avenida, para esta Câmara o fazer terá que passar por cima do meu cadáver” — Portanto acérrimo defensor do arvoredo da Avenida. Eu questiono-me, não vou perguntar ao Senhor Presidente da Mesa se hoje ainda (e os ventos mudaram) e não sei se o propósito de melhorar a Avenida não terá de passar exactamente por isso; oxalá não tenha de passar, digo-o com toda a sinceridade. Deixo esta no ar, não é para que o Senhor Presidente responder evidentemente, se ainda mantém hoje esta sua opinião?*

*Bem... sobre a Comunicação era isto. Mas agora eu gostava de focar mais dois aspectos que eu reputo da maior importância, sobretudo o primeiro que vou referir.*

*Anda agitada a opinião pública regional, não é propriamente a local, mas com incidência naturalmente na local – um problema que a todos nos afecta. Eu quero falar exactamente da Marina da Barra. Não sei se a ideia é boa, se é má, nem a ponho em causa. Devo dizer que pelo que eu vi e pude observar considero que a Marina da Barra é um bom projecto económico, bem conseguido no meu entendimento, e uma forma de obtenção de investimento inteligente. Mas pergunto: em nome de quê? E é essa mesma a questão. Valerá a pena em nome desse magnífico projecto sacrificar o ambiente? Valerá a pena em nome desse projecto enorme sacrificar a qualidade de vida dos Ílhavenses e sobre tudo dos Aveirenses? Dir-me-ão: isto é uma questão que tem a ver com a jurisdição autárquica de Ílhavo, porque territorialmente lhe pertence, mas que nos afecta a todos e afecta sobre tudo os Aveirenses, porque como é sabido a praia da Barra é uma praia frequentadíssima pelos Aveirenses em maior número provavelmente que os Ílhavenses; o fluxo de trânsito para esse empreendimento far-se-á pelas estradas de Aveiro. Portanto, isto para significar que é um projecto que interessa sobretudo e muito a Aveiro. E então, questiono esta Câmara sobre se já procurou em nome daquilo que essa obra pode afectar: o caudal da Ria; a ambiência da Ria; a fauna; tudo aquilo que nos afecta; o trânsito; se já procurou introduzir-se activamente no problema? Se já estudou a forma de o fazer? E se não estudou a forma de o fazer deve imediatamente encetar esse caminho porque quando muito poderá vir a ser responsabilizada pelos Aveirenses por ter tido um papel que será extraordinariamente passivo. Portanto, eu penso que a Câmara deve meter-se nisto e quanto antes e dar o seu aval ao empreendimento se os Aveirenses acharem que isso é bom para Aveiro. Para o reprovarem e combaterem para que ele não se implemente se achar que é mau. Portanto, deixo esta dúvida e o convite e o desafio à Câmara para se meter neste assunto.*

*Ultimamente também e agora já para terminar, têm vindo umas referências até em actas do Executivo a algum mal-estar institucional entre a Câmara e a Santa Casa da Misericórdia de Aveiro. Não sei se esta Assembleia tem interesse em saber quais os motivos que presidem ou que estão por trás desse mau entendimento institucional, mas gostaria que o Senhor Presidente referisse aqui quais são os pontos normais de colaboração entre a Câmara e a Santa Casa da Misericórdia. Em que é que normalmente se analisa essa colaboração, esse entendimento institucional? E se for possível, se for viável, gostaria que o Senhor Presidente fizesse alguma alusão a esse aspecto que creio que pode ser importante pelo menos para conhecimento desta própria Assembleia. Muito obrigado, Senhor Presidente.”*

Presidente da Mesa

Vogal António Salavessa (PCP)

Presidente da Mesa

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD): Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção.

*“Como ponto prévio queria fazer um sublinhado que era o seguinte: estamos numa Assembleia Política e estamos num regime Democrático e como é sabido de todos os Senhores Deputados aqui presentes, em Assembleias Políticas (em Portugal pelo menos), no Regime Democrático, os apartes são absolutamente permitidos e não devem constituir problema para ninguém que os oiça. É assim na Assembleia da República – onde existe até pessoal especializado para registar os apartes (como o Senhor Presidente da Assembleia conhece), e nós não devemos ficar preocupados nem ofendidos pelo facto de haver apartes. Faz parte daquilo que eu considero as liberdades que o regime Democrático nos concede.*

*Posto este ponto prévio, eu gostaria que as pessoas não ficassem ofendidas e que entendessem qual é a liberdade do Regime Democrático – que é precisamente podermos expressarmo-nos livremente sem que as nossas posições possam constituir uma ofensa pessoal.*

*Entrando agora propriamente na crítica ou na apreciação do documento que o Senhor Presidente da Câmara nos apresentou. Quando era Vereadora da Câmara durante os últimos 4 anos, várias vezes critiquei o Senhor Presidente da Câmara porque lançou muitas obras simultaneamente e eu dizia-lhe (e ele está presente e sabe que é verdade) que era um erro, porque não iria ter a garantia do financiamento para essas obras. Infelizmente tive razão. Muitas obras estão neste momento em aberto (se posso utilizar a expressão), não sei se têm ou não garantido financiamento, mas pelo facto de estarem tão atrasadas, há tanto tempo, de certeza que têm problemas de apoio financeiro.*

*A minha preocupação na política, além da defesa das liberdades individuais que eu penso que é fundamental e da defesa permanente, constante, doa a quem doer, é a recuperação do património construído que eu acho que é muito importante. Ao mesmo tempo, da funcionalidade das decisões que as Câmaras ou outras entidades com poder tomam — porque se tomam decisões ou se fazem recuperações que não são funcionais e quem vai pagar são as populações. Também a preocupação estética com as recuperações, com as alterações, com as obras que às vezes vemos fazer e com as quais não concordamos, que achamos que vão estragar o aspecto da Cidade. Eu penso que os olhos também vivem. As pessoas gostam de ver coisas bonitas, embora aqui possa entrar também o critério daquilo que é bonito para uns e não é para outros — e o equilíbrio ecológico é preciso também.*

*Posta esta introdução, que são os parâmetros em que eu vou fazer a minha intervenção, eu queria tocar em primeiro lugar na requalificação da Avenida Dr. Lourenço Peixinho. Eu estou muito preocupada. Sei que o Presidente já publicou um programa para que apareçam técnicos qualificados para apresentar projectos, mas receio que a requalificação da Avenida Dr. Lourenço Peixinho venha piorar a situação e não melhorar! E digo isto, porque em relação à Avenida S.<sup>ta</sup> Joana, que acaba na Sé, eu sempre critiquei aquela passagem desnivelada. Penso que foi uma má solução; penso que esteticamente é feia e do ponto de vista da solução dos problemas de trânsito não os veio resolver. Embora estivesse na Câmara não consegui impedir que essa obra fosse feita.*

*Por isso agora, antes que se faça a obra e que se aprove qualquer projecto para a requalificação da Avenida Lourenço Peixinho gostava que se tivesse muito cuidado, que se esquecessem um bocado as posições partidárias, porque quando estão em causa os problemas que interessam ao município e que interessam a todos nós, devíamos pensar mais*

*em resolver os problemas e esquecermo-nos de marcar posições partidárias — E é isso que eu estou a tentar fazer.*

*Portanto a Avenida Dr. Lourenço Peixinho, para mim, corresponde à Avenida da Liberdade em Lisboa. Às vezes o Presidente da Câmara brincava comigo porque eu achava que podíamos fazer aqui uns pequenos “Champs-Elisée” em Aveiro. Não consegui, mas continuo a lutar para isso e penso que agora haveria essa possibilidade de fazer uma requalificação da Avenida Lourenço Peixinho, tendo em vista (não faz mal copiar aquilo que é bom) soluções bonitas que há em cidades bonitas da Europa. Também não devemos ter complexos de estarmos a copiar aquilo que os outros fizeram bem ou a aproximarmo-nos daquilo que os outros fizeram bem.*

*Portanto o meu primeiro ponto e a minha primeira preocupação, é como é que vai ser feita a requalificação da Avenida Lourenço Peixinho? Tem que se ter muito cuidado. Aquelas alterações que foram feitas na Avenida Lourenço Peixinho para arranjar a pista ciclável ficaram muito feias (eu aquelas argolas chamava-lhe os “poleiros dos papagaios”), acho aquilo esteticamente muito mau. A Avenida ficou desequilibrada porque tem árvores de um lado, não tem árvores de outro! Quer dizer, não se sabe qual foi o critério estético que presidiu àquela alteração. Eu peço a atenção da Câmara e peço a atenção da Assembleia Municipal, porque são os dois órgãos que podem intervir para que não se deixe estragar a Avenida Dr. Lourenço Peixinho, para que se corrija aquilo que está mal na Avenida Dr. Lourenço Peixinho.*

*O segundo ponto já foi aqui tocado, mas talvez não tivesse sido tocado desta forma, é o parque de estacionamento subterrâneo na Praça Marquês de Pombal. O Senhor Presidente na sua intervenção diz que está para breve a solução, que aquilo vai ser acabado – não nos dá prazos! Eu penso que é uma situação tão urgente (eu passo lá muitas vezes), tão urgente, tão premente, tão chocante, tão terceiro mundista, que o Senhor Presidente tem que urgentemente resolver o problema seja lá como for. Porque aquilo assim é que não pode continuar. Tenho algumas pessoas estrangeiras com quem tenho reuniões de vez em quando e as pessoas ficam chocadíssimas quando passam ali: - isto já está aqui há tantos meses!?!? Anos talvez! Realmente é chocante e penso que embora a situação financeira da Câmara não seja famosa talvez não fosse um grande encargo resolver o problema rapidamente. Pelo menos era uma chaga que se resolvia, que se fechava e que cicatrizava na Cidade de Aveiro e é uma situação que irrita as pessoas, que choca, que não dá bom ambiente à Cidade.*

*A outra situação, também já se falou aqui, que é sobre o Teatro Aveirense, na caixa de palco, no facto das obras estarem paradas, não sei bem qual é a situação! Não sei se já se consegui resolver o problema com a empresa que iria ao mesmo tempo tomar conta da Praça Marquês de Pombal, gostava que o Senhor Presidente falasse sobre esse assunto e nos desse um prazo. Porque com prazos custa menos esperar.*

*Um outro ponto que eu gostava ver aqui esclarecido era a esquadra urbana da PSP, onde é que vai ficar? Onde é que fica ou se já está..., tinha-se pensado na zona do Bairro de Santiago, não sei se a Câmara decidiu que seria aí ou se irá para outro lado!? Nós tínhamos pensado no ano passado que era bom que houvesse uma esquadra urbana no centro da cidade. Porque se há uma situação a quem é que nós nos vamos dirigir? A pé..., devia haver mesmo no centro da cidade. Este é o meu ponto de vista. Se já está uma no Bairro do Griné podia haver outra esquadra urbana no centro da cidade por uma questão de segurança, por uma questão de apoio para as populações. Era importante!*

*Quanto aos Serviços Municipalizados as conclusões do Revisor Oficial de Contas esclarecem e passo a citar: “que a degradação da estrutura financeira dos Serviços se deve à falta das devidas transferências da Câmara”. Já é uma situação que é habitual, não é uma novidade, era bom que a situação se normalizasse quando isso fosse possível, embora eu saiba que não vai ser fácil, nem vai ser tão perto que vão ser resolvidos esses problemas financeiros.*

*Para finalizar, eu queria sublinhar de novo as minhas preocupações com as requalificações urbanas, com o seu aspecto técnico, com o respeito que deve haver pelo passado. Eu penso que, disse isto várias vezes, algumas pessoas talvez se aborrecem até de o ouvir repetido; os arquitectos podem dar largas à sua criatividade, construir obras moderníssimas, fazerem o que quiserem, mas não devem ir destruir aquilo que os outros fizeram e estragar e destruir obra feita, e depois construir a sua própria obra. Dá-me ideia daqueles cucos que vão fazer o ninho sobre o ninho dos outros pássaros.*

*As obras do passado devem ser preservadas, requalificadas, reconstruídas e depois porque fazem parte do património histórico duma cidade, dum património histórico de um país, e se tudo o que é antigo vai ser destruído e vai ser substituído, depois não há leitura histórica, não há bases, não há raízes, não há história da cidade. Portanto, o respeito pelo passado e também um equilíbrio quanto ao futuro para que a criatividade dos artistas que eu defendo, não vá destruir e descaracterizar a Cidade que é património de todos, não é de apenas de alguns artistas e esse equilíbrio da Cidade é também qualidade de vida. Obrigado”.*

Vogal Gustavo Barros (PPD/PSD): Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção.

*“Na qualidade de arquitecto devo dizer que tenho muito gosto pelo património histórico e cultural da nossa Cidade e duvido inclusive, que relativamente ao estudo que se propõe para a Avenida Dr. Lourenço Peixinho, tenha havido assim tantos pareceres favoráveis por parte de arquitectos, para que se crie uma passagem inferior à Estação de caminhos-de-ferro, quebrando toda a história e tradição e génese inclusive da Cidade.*

*Esse é exactamente um dos temas sobre os quais eu gostaria de falar, assim como também gostaria de saber mais em concreto – não sei se o Senhor Presidente da Câmara me poderá dizer, quando é que vai realmente a inquérito público o Plano de Pormenor da Zona do Mamodeiro?*

*Em relação ao estudo que foi realmente já a concurso para o desenho ou o redesenho da Avenida Dr. Lourenço Peixinho, é como já foi aqui amplamente referido – um assunto da máxima sensibilidade para nós aveirenses e que sobre o ponto de vista urbanístico, estrutural, vai trazer implicações a meu ver gravíssimas, nomeadamente sob o ponto de vista do tráfego, que vai realmente destabilizar um pouco o funcionamento e inclusive ter implicações ao nível do comércio que vai piorar sem dúvida a pacatez que seria desejável para poder ter um carácter lúdico, esta Avenida que a meu ver devia ser esse o seu destino.*

*Gostava ainda de me reportar agora ao aspecto processual deste concurso que me parece de sobremaneira desadequado.*

*Como está aqui escrito: aparece um concurso público para fornecimento do projecto de desenho urbano para a Avenida Dr. Lourenço Peixinho. Ora, nós não estamos perante um concurso de fornecimento de projecto mas sim, estamos perante um concurso de um trabalho de concessão. Ou seja, ainda que o decreto-lei que o rege seja o mesmo, o procedimento depois é imensamente diferente. Ainda antes desta questão da legislação e de como está a ser aplicada, é aqui apresentado neste anúncio, o prazo para a execução deste concurso. Ora, o prazo é mais ou menos de um mês: data da recepção do anúncio para publicação na imprensa nacional da Casa da Moeda, data prevista de recepção a 17, leva mais ou menos 10 dias para publicação, penso eu, portanto isto vai para 27 de Abril ou seja 27 de Maio. Um mês que é exactamente a data da recepção das propostas. Um mês é sobejamente inferior ao necessário para se poder apresentar um projecto desta dimensão.*

*Ora, isto dá-me que pensar até que ponto é que este concurso tem funcionalidade!?! Porque num mês não se consegue de modo algum elaborar uma proposta com princípio meio e fim. Então, passo a admitir que poderá ou que há com certeza – na minha opinião, uma proposta já em carteira para este estudo. Então porque é que estamos aqui a apresentar um concurso*

*desta forma, com um prazo que não é viável para a elaboração de um projecto desta dimensão, e estamos a apresentar um concurso que não vem feito nos moldes que deveria, a meu ver, na minha ignorância jurídica e enquanto deveríamos estar aqui se calhar a apreciar um projecto que com certeza iria beneficiar do contributo de todos os vogais desta Assembleia Municipal. Iria sem dúvida ficar enriquecido.*

*Ainda logo no número 3, deste anúncio de concurso, é prevista logo a adjudicação directa. Agora, esta adjudicação directa, está prevista no artigo 86.º do decreto de lei, que por acaso a meu ver nem é aplicável pelos argumentos apresentados no artigo, em que pode-se apresentar uma adjudicação directa independentemente do valor, por questões de urgência – sem dúvida que as reconheço, mas por causas não imputáveis nunca à entidade adjudicatária. Ora neste caso, penso que seria só uma questão de “timing” de lançar o concurso. Se o tivessem lançado mais cedo não haveria esta necessidade. Portanto, a culpa a meu ver, será sempre da Câmara Municipal.*

*Ainda, dizem então que, e gostava realmente de ser esclarecido porque não consigo perceber, porque é que prevê a Câmara Municipal o ajuste directo para a realização da actualização do projecto ou serviços complementares ao mesmo, ou seja, aqui já estão a admitir que nem sequer era possível fazer o projecto no tempo que é pedido, porque estão a dizer que vai ser actualizado o projecto, Eu gostava realmente que isto fosse esclarecido e gostava ainda de saber – aproveitando a referência do Dr. Jorge Nascimento – gostava ainda de saber, se foi ou não elaborada uma comissão de acompanhamento para a criação deste estudo? Porque também de acordo com a lei habilitante das operações urbanísticas – o DL 380/99: em qualquer operação urbanística com uma área superior se não me engano de 10 hectares, ou 400 habitantes, para qualquer operação urbanística tem que ser constituída uma comissão de acompanhamento, tanto que será exactamente essa a comissão que, como perguntava o Dr. Jorge Nascimento, irá definir todas as intenções políticas do estudo em causa.*

*São estas as questões que eu gostaria de ver esclarecidas. Gostaria que o Senhor Presidente elucidasse esta Assembleia, sobre estas questões que me parecem pertinentes e que sinceramente eu não entendo o objectivo de um concurso lançado assim, de um assunto que será – além da Ria – o ex-libris, como dizia há pouco o meu colega Liz Silva, um assunto sem dúvida dos mais importantes que temos na Cidade. Ora, parece-me de uma leveza extrema e de uma falta de consideração perante os munícipes desta Cidade o modo como isto foi elaborado. Muito obrigado”.*

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP): Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção. D

*“Em relação a esta Comunicação do Senhor Presidente e apartes à parte, eu gostaria de dizer que vou tentar medir, acautelar as minhas palavras para que mais uma vez os maus momentos não possam ser atribuídos às bancadas da oposição e possa claramente ficar aqui a nu e limpidamente transparente, que os maus momentos que vivemos se devem à actuação do Executivo Municipal.*

*Em primeiro lugar, considero, esta Comunicação do Senhor Presidente, perfeitamente inócua – é um termo perfeitamente aceitável. É perfeitamente inócua e direi porquê: primeiro porque parte dos assuntos que o Senhor Presidente foca, e relembro-vos que a Comunicação do Presidente será em princípio à letra de lei, o relatório daquilo que mais importante se fez, se passou, se concretizou, durante a actividade municipal; em bom rigor, grande parte do que aqui está (e folgo ver o Senhor Presidente da Câmara concentrado), é actividade que a Câmara Municipal de Aveiro pretende vir a desenvolver. Ou seja, isto é muito mais do que o passo em frente do Dr. Brandão – isto é o verdadeiro “Gato das Botas”! Isto é a verdadeira légua em frente e direi porquê: na página 1 diz, aqui uma última nota para o facto de o Executivo ter aprovado igualmente uma alteração ao Regulamento do PDM. Sim, que consta*

*da ordem de trabalhos desta Assembleia! Certo. Objecto de ponto específico na agenda desta Assembleia, diz aqui, nem precisava eu de dizer, que “visa regularizar e enquadrar as novas realidades de natureza comercial existentes ou a criar nas zonas industriais e de armazenagem”. Ora bem, zonas industriais ou de armazenagem..., armazenagem, armazenagem propriamente dita nós ainda não temos. Teremos, a partir do momento em que esteja em vigor o Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro, plano este que consta também desta Ordem de Trabalhos, graças à iniciativa do Senhor Presidente da Mesa para que se possa criar uma comissão de acompanhamento. Portanto, zonas de armazenagem – específica, nós ainda não temos à excepção de uma que não é esta que eu vou falar.*

*Depois as realidades existentes ou a criar, é um facto que todos nós conhecemos a realidade existente, de uma enorme superfície comercial, ali para as bandas da Zona Industrial de Taboeira – friso, Industrial de Taboeira – Não é a Zona Industrial e de Armazenagem de Taboeira, onde já está criada uma enorme superfície comercial a abrir em Maio, agora! Amplamente noticiado pelos jornais, jornais esses que agradeço-vos, que foram a única fonte de informação desta Assembleia Municipal, para além das rápidas olhadelas quando se passava no IP 5, de que efectivamente uma nova realidade comercial estava a surgir na nossa Zona Industrial de Taboeira. Certo? E portanto, aqui está um ponto da Ordem de Trabalhos desta Assembleia, que pretende regularizar aquilo que já está feito no terreno. Pretende continuar a manter a porta do precedente aberta, precedente este, que recordo-vos, começou com a Escola das Agradas – não sei se se lembram, ainda no mandato anterior: que já estava feita, quando esta Assembleia Municipal deu autorização para a compra ou pagamento dos terrenos aos donos, um ano e meio depois dela já estar feita.*

*Bom, o “Retail-Park”, como se chama, já está feito e nós vamos ter que aprovar uma alteração ao PDM para que o “Retail-Park” esteja legalizado e legal nesta Assembleia. Certo? Ou então a Câmara terá que dizer: meus senhores, olhem aqueles senhores não aprovaram isto tem que ser tudo abaixo... . Quer dizer, há aqui coisas..., por isso é que esta Comunicação do Senhor Presidente me parece extremamente inócua, e mais não diria em relação à inocuidade.*

*Eu ia pedir exactamente ao senhor Presidente, que entregasse na próxima reunião desta Sessão, expectavelmente quando discutiremos este ponto, a cópia do processo de licenciamento daquela construção que lá está; e farei por escrito o requerimento à Mesa, para que a Mesa faça a fineza de entregar à Câmara ou de veicular à Câmara, solicitando da parte da bancada do PP a cópia do processo de licenciamento do chamado “Retail-Park”, que já está construído mas que precisa da alteração do PDM para estar legal. Certo?*

*Depois: Regulamento de Taxas e Licenças Urbanísticas. Voltamos à mesma! E eu vou aqui à procura de um exemplo, em que um ilustre munícipe desta praça (ilustre como todos são), foi notificado para pagar 183 euros à custa de um processo de licenciamento de construção. Em 16 ou 17 de Abril – se não me falha a memória – o dito cujo munícipe, com a dita cuja notificação de pagamento na mão dirigiu-se à Tesouraria da Câmara e pagou – teve que pagar mil oitocentos e qualquer coisa euros. Isto são 1000% de aumento.*

*Ou seja, o senhor foi notificado em Fevereiro para pagar 183 euros (eu entreguei cópias ao Senhor Presidente da Câmara); em Abril – seis dias depois do regulamento ter entrado em vigor, o processo pelo qual tinha sido notificado para pagar 183 euros, já lhe custou mil oitocentos e qualquer coisa. Da mesma forma que solicitava então, para que de uma vez por todas se possa esclarecer e que Aveiro, os munícipes desta Cidade fiquem cientes daquilo que está a acontecer, solicitava à Câmara Municipal de Aveiro que fizesse chegar a esta Assembleia (e fá-lo-ei por escrito também), nomeadamente à bancada do CDS/PP se mais nenhuma quiser, o numero de reclamações escritas em relação ao regulamento de taxas e licenças – eu bem sei que ainda não passaram seis meses – ainda só se passou um mês sobre a data da entrada em vigor! Mas exactamente por só ainda se ter passado um mês, é que eu*

*solicito formalmente e publicamente à Câmara Municipal, que faça chegar a esta Assembleia Municipal o número e cópia das reclamações dos munícipes desta Cidade relativas ao novo regulamento de taxas e licenças urbanísticas. Está aqui aquilo que eu dizia, a licença era de 132 euros e o munícipe teve que pagar 1198 euros. Eu farei entregar cópia ao Senhor Presidente da Câmara, obviamente riscando o nome, não vá a licença ainda aumentar mais qualquer coisa.*

*Salientamos ainda – diz-se na comunicação – a conclusão do processo que permitirá em breve o recomeço da obra de construção do Parque de Estacionamento da Praça Marquês de Pombal. O Senhor Presidente foi instado na última reunião e não respondeu. Solicitamos nós novamente que se não autorize o licenciamento de novas superfícies comerciais no meio da Praça Marquês de Pombal.*

*Quanto ao Aveirense, solicitámos nós, voltamos a solicitar por escrito, já o fizemos, que seja entregue nesta Assembleia na próxima reunião e manifestamente o Senhor Presidente não deu importância, porque aqui reconheceu que foi por esquecimento. Ora um edil de gabarito como V/Exa. certamente será, não se esquece de assuntos de grande importância, apenas lhe passam os assuntos de menor importância. Ora aquilo que para nós é de menor importância, é novamente solicitar-lhe que entregue a esta Câmara a acta da Assembleia Geral do Teatro Aveirense e as informações do Fiscal Único sobre a EMA e a PDA. Voltamos..., isto é como malhar em ferro frio, mas tantas vezes o cântaro vai à fonte que se calhar um dia parte. Porque aquilo que nós recebemos e aí está o anacronismo de toda esta situação – é que pedimos isso há uma semana; recebemos algo em cima da hora já no decorrer destes trabalhos – vejam senhores aquilo que se falava há pouco sobre as reuniões de Câmara e os empréstimos, o Senhor Presidente tem-nos a todos nós certamente em elevadíssima conta, porque também deve achar que nós vogais desta Assembleia Municipal, em 10 minutos, no decorrer do ponto a que este dossier se refere, nos fez chegar em cima da hora algumas informações – anacrónicas digo eu. O Dr. Filipe Brandão e bem, disse que Aveiro tem em cima da Mesa desafios fundamentais para o seu futuro, o POLIS será um deles, o Estádio será outro. Logo uma das obras fundamentais e marcantes em termos financeiros, em termos económicos e em termos de futuro para a Cidade de Aveiro e para o Concelho é aquela que nos apresenta o balancete sintético mais atrasado – ainda em escudos, senhores e de 1/12/2001 a 31/12/2001. Recordo, para os mais distraídos que estamos em Maio! E portanto, este balancete vale “ZERO”! Até porque entretanto, já aprovámos aqui um empréstimo, não sabemos se entrou se não entrou; não sabemos se o milhão e meio entrou na totalidade nos cofres da EMA, se algum ficou na Tesouraria da Câmara como na altura se disse. Nada sabemos temos um balancete de Dezembro. E esta é - Dr. Filipe Brandão, uma das obras marcantes para o futuro de Aveiro.*

*Quanto à POLIS, como o Senhor sabe, fomos convocados gentilmente, finalmente, pela 1.ª vez, para uma reunião da POLIS da Comissão de Acompanhamento do POLIS, a decorrer amanhã às 21:30 horas no Salão Nobre dos Paços do Concelho. Pelo que louve-se pelo menos a atitude da Administração da POLIS que a nós, simples vogais municipais, nos vai dar conhecimento de tudo o que se vai passar.*

*Terminava Senhor Presidente dizendo que “entretanto foram inauguradas as novas instalações da Polícia de Segurança Pública, cuja concretização contou com o apoio do município”. Sim senhor. Fantástico! Mas também soube aqui dizer o Senhor Presidente da Câmara que embora só tenham passado 100 dias desde a tomada de posse deste governo, este dossier está parado. Quantos anos esteve parado para trás senhor Presidente? Mesmo com o auxílio do município? Temos que ser lineares e honestos na análise que fazemos. Quantos anos esteve parado este processo para trás?*

*E mais Senhor Presidente, para acabar, só uma nota de humor, porque também é preciso porque senão esta coisa torna-se negra; o Senhor Presidente gozija-se com “a visita a*

*Aveiro de Suas Excelências os Presidentes da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal de Inhambane, cidade irmã do nosso município, permitindo um contacto privilegiado entre a dita edilidade moçambicana e o tecido empresarial e cultural aveirense”. Fantástico! E eu perguntaria: quando é que cá vêm os de Santa Cruz Senhor Presidente — a quem o Senhor Presidente ainda deve 6 mil contos? Este intercâmbio também é um intercâmbio bi-unívoco não é? E é pena nós não podermos analisar as Comunicações do Presidente em conjunto com as Contas de Gerência e com os Relatórios de Actividades. Porque cruzando documentos é que estas coisas se descobrem. Mas na Conta de Gerência nós lá voltaremos e na Conta de Gerência voltaremos à Cidade de Santa Cruz, não de Inhambane porque se calhar ainda não há protocolos assinados, mas a Santa Cruz pelo menos deve-se! Muito obrigado Senhor Presidente”.*

Presidente da Mesa

Dado o adiantado da hora, o Presidente da Mesa deu por concluída esta segunda reunião da Sessão Ordinária de Abril, convocando a próxima reunião para o dia 13 de Maio de 2002 (segunda-feira) pelas 20:30 horas.

Eram 00:30 horas do dia 07 de Maio de 2002.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 61.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:30)